



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639930 - SP (2021/0011794-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULA SANT ANNA MACHADO DE SOUZA - SP301824
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ARISTIDES FRANCA DA SILVA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ARISTIDES FRANCA DA SILVA JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0095490-40.2016.8.26.0050).

O paciente foi condenado às penas de 8 anos e 9 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 875 dias-multa, como incurso no art. 33, c/c o art. 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que a quantidade de entorpecente apreendido não justificaria o aumento da pena na primeira etapa do cálculo.

Aduz que o réu faria jus à causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Afirma que, por ausência de previsão legal, a quantidade e a natureza das drogas não constituiriam fundamento idôneo para a negativa da benesse.

Argumenta que a quantidade e a natureza dos entorpecentes não poderiam ser utilizados para majorar a pena-base e para afastar o redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, sob pena de ofensa ao princípio que proíbe o *bis in idem*.

Alega que a causa de aumento do inciso VI do art. 40 da Lei n. 11.343/2006 deferia ser afastada, ante a ausência de provas da efetiva corrupção do adolescente.

Assevera, com a redução da sanção cominada ao acusado, ele teria o direito de iniciar o cumprimento da sanção no regime aberto, bem como à substituição da reprimenda corporal por restritivas de direitos.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento definitivo do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que a sua pena-base seja reduzida ao mínimo legal, aplicando-se a causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, afastando-se a majorante do art. 40, VI, do referido dispositivo legal, fixando-se o regime aberto para o início do cumprimento da sanção reclusiva, e substituindo-a por reprimendas restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em

hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência